

Na COP28, Brasil deve pressionar por financiamento e transição justa

Para Instituto Arapyau e Uma Concertação pela Amazônia, desafios vão demandar cooperação radical entre governos, empresas, sociedade civil e filantropia

São Paulo, 29 de novembro de 2023 - Nesta semana, começa em Dubai aquela que promete ser a mais emblemática Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP28. A expectativa é entregar o primeiro balanço global de ações executadas pelos países nos últimos oito anos para limitar o aumento da temperatura global em 1,5º Celsius, e começar a definir os ajustes que precisam ser feitos daqui em diante.

Esse balanço também é importante porque vai nortear o tema principal da COP do próximo ano: os recursos financeiros para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A cúpula ocorre após o sexto ciclo de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que alertou para a gravidade e para a necessidade de acelerar os esforços dos países pela redução de suas emissões.

"Os desafios são complexos, demandam uma alta mobilização de recursos, uma colaboração (não apenas financeira) radical entre governos, empresas, sociedade civil e filantropias e esforços sem precedentes desses atores na descarbonização do planeta", afirma Renata Piazzon, diretora-geral do Instituto Arapyau, instituição filantrópica brasileira dedicada a clima e desenvolvimento.

O Brasil desembarca nos Emirados Árabes Unidos com uma das maiores delegações da cúpula, disposto a recuperar uma posição de liderança nas discussões climáticas internacionais. Além de apresentar o Plano de Transformação Ecológica - um conjunto de medidas nas áreas de bioeconomia, infraestrutura e finanças -, o país também pretende aumentar a cobrança dos países ricos por mais financiamento.

Isso porque o Brasil chegará à COP28 mostrando avanço no combate ao desmatamento, sua principal fonte de emissões de gases do efeito estufa. Segundo dados mais recentes divulgados pelo governo, houve uma redução de 22,3% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2022 e julho de 2023 em comparação com o mesmo período do ano anterior, o menor resultado desde 2019. Considerando apenas os meses de janeiro a outubro de 2023, a projeção de queda no desmatamento sobe para quase 50% em relação ao ano anterior.

Com o Acordo de Paris, os países signatários estabeleceram metas próprias de redução de emissão de gases de efeito estufa, as chamadas NDC. Neste ano, o Brasil recalculou suas metas e voltou ao nível de ambição e parâmetros estabelecidos em 2015, se comprometendo a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação às emissões de 2005.

"O Brasil chega a Dubai com uma situação mais confortável. Mas ainda há um longo desafio pela frente", avalia Lívia Pagotto, secretária-executiva da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia. "O combate ao desmatamento ilegal na Amazônia é necessário e urgente, mas é preciso ir além. Não há como discutir as questões ambientais sem enfrentar também os desafios sociais e econômicos do território".

A Concertação defende uma agenda integradora e inclusiva de desenvolvimento nas Amazônias, com ações estruturantes nos campos da educação, da saúde, da economia, da cultura, da segurança pública, da infraestrutura, da ciência e tecnologia e de cidades.

Na visão das duas organizações, o Brasil tem a oportunidade de assumir um protagonismo na retomada de uma agenda que coloca as pessoas no centro das ações de enfrentamento às mudanças climáticas. Em encontros com a sociedade civil, seus negociadores já anunciaram que vão colocar na mesa das negociações o tema da transição justa, em uma tentativa de reduzir a distância entre ricos e pobres.

"Está ficando cada vez mais claro que a transição para uma economia de baixo carbono só vai ser bem-sucedida se não deixar ninguém para trás. Ou seja: conter o limite do aquecimento em 1,5^o C não vai bastar, será preciso tratar a redução das desigualdades - entre os países e dentro dos países", afirma Piazzon.